

Na pressa, o governo "atropelou" o Congresso.

A insistência do governo em levar o pacote fiscal à votação antes do recesso parlamentar, que começa amanhã, provocou novas críticas de vários deputados durante todo o dia de ontem, enquanto prosseguiram as negociações para elaboração de emendas. Mesmo aceitando algumas das alterações propostas, representantes da oposição de modo geral queixaram-se da falta de mais tempo para debater o assunto.

"A pressa em aprovar o projeto, atropelando os partidos e o Congresso, revela o temor de que essas medidas sejam ampla e democraticamente debatidas pela sociedade", dizia nota distribuída pela liderança do PDT na Câmara. Repetindo críticas já formuladas antes, o líder do partido, Nadir Rossetti, comentou que o pacote fiscal visa apenas cobrir os rombos dos escândalos financeiros. Além disso, segundo ele, o aumento da tributação sobre as grandes empresas será fatalmente repassado para os preços.

Não gostou

A Câmara dos Deputados passou a tarde toda abrindo e em seguida suspendendo ou encerrando sessões, à espera, primeiro, de que fossem impressas as 106 emendas oferecidas em plenário, e depois aguardando que a liderança do governo concluísse os entendimentos com os técnicos da Receita Federal em torno de um substitutivo a ser apresentado pelo relator, deputado Raimundo Ásfora (PMDB-PB).

O substitutivo, segundo o líder Pimenta da Veiga, reuniria sugestões contidas em cerca de 20 emendas. Ele disse isso por volta das 16h30, mas até cerca de 18 horas o secretário da Receita Federal, Luiz Romero Patury Acioly, ainda se encontrava reunido com Ásfora e outros deputados no gabinete do líder.

Mas às 19h15 o relator contava história diferente. "Assinei, mas não gostei. Está muito ruim", desabafou Raimundo Ásfora. Embora contrariado com o fato de que a liderança do PMDB o pressionou a acolher apenas 12 emendas visando a alterar o projeto, quando ele pretendia acolher mesmo 20 delas, Ásfora leu, em plenário, às 20 horas, o seu parecer e o substitutivo.

"Se o sr. não gostou, por que assinou o substitutivo?", perguntou um jornalista.

"Só assinei para colaborar, para não prejudicar o andamento do projeto", — respondeu o deputado, sem hesitar.

O relator explicou que, por determinação do líder, não incluiu em seu substitutivo a emenda do líder do PT, Djalma Bom, determinando a incidência do imposto de renda sobre o total dos rendimentos dos militares, parlamentares e magistrados, que hoje só pagam sobre uma parte de seus vencimentos.

A liderança do PMDB centralizou as negociações em torno do pacote e o líder Pimenta da Veiga assumiu pessoalmente o encargo de supervisionar a elaboração do substitutivo. Até mesmo o líder do PFL, deputado José Lourenço, não participou das negociações. E ficou revoltado. O líder do PDT, Nadir Rossetti, que soube das reuniões pelos jornalistas, desabafou: "Um substitutivo sério deveria ser discu-

tido com todas as lideranças". Segundo ele, o substitutivo é de autoria de dois parlamentares: "senador" Dilson Funaro e "deputado" Luís Patury.

Conseguindo esvaziar a obstrução da chamada "oposição desvairada" do PDS, comandada por Amaral Neto (RJ) e Adail Vitorazzo (SP), Pimenta da Veiga admitia apenas resistências do PDT e do PT — que somam 30 deputados. "Eles não querem mesmo votar o projeto. Paciência", desabafou Pimenta, visivelmente cansado, após intensa negociação.

Boa parte da resistência do PDS na Câmara e no Senado ao pacote do governo foi quebrada pelo líder Pimenta da Veiga ao comprometer-se com a aprovação, pelos deputados, do projeto do senador Benedito Ferreira (PDS-GO), criando o Estado de Tocantins, com desmembramento de parte do Norte goiano.

Cansaço

Quando a sessão de votação do pacote foi iniciada, a expectativa era de que seria longa e estafante. O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, não conseguia disfarçar o cansaço, claramente exposto na voz, e o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, com a fisionomia tensa e irritada, tentava ainda contornar problemas finais, procurando muitos deputados para conversas ao pé do ouvido.

Mesmo diante do fato consumado de que a Aliança Democrática tinha número para aprovar o pacote, as lideranças partidárias reagiram. O deputado Djalma Bom, do PT, confessava sua profunda irritação com a atitude do PMDB e prometia, além da obstrução, o voto contrário do partido. Já o deputado Bonifácio de Andrada, vice-líder do PDS, prometia: "Vamos tentar bagunçar. Bagunçar tanto quanto for possível".

Eles conversaram por dez minutos. José Lourenço anunciou, no final, que iria apresentar destaque para incluir no pacote isenção total do imposto de renda para as cadernetas de poupança, proposta do PFL parcialmente acolhida no substitutivo, que estabeleceu um limite de 3.500 UPCs para a isenção. Já o deputado Thales Ramalho (PFL-PE) avisou que o partido não votaria o pacote fiscal se não houvesse isenção para as cadernetas de poupança. "Eles não me chamaram para negociar e, portanto, não tenho nenhum compromisso de voto", completou Lourenço.

Embora tenha votado a favor da urgência para a tramitação da matéria no Congresso, o deputado Alencar Furtado, do PMDB, considerou "um pecado" a rapidez com que o governo quis aprovar o pacote econômico. Ele explicou ter apoiado o pedido de urgência porque as lideranças partidárias se comprometeram a dar tempo para a análise das emendas encaminhadas. Foram encaminhadas 108 emendas e amanhã o Congresso entra em recesso.

Alencar Furtado criticou também o projeto de lei 6.969, um dos três que integrava o pacote econômico e que foi retirado pelo governo diante da polêmica que criou em torno da quebra do monopólio estatal do petróleo. "Era um projeto pouco sério."